

Segunda-feira, 04/09/2017-nº1415

# Temer quer subir em setembro alíquota previdenciária de 11 para 14%

O Sintrajusc convoca toda a categoria para a Assembleia Geral que será realizada na quarta-feira, 6 de setembro, às 16h, na sede da Justiça Federal em Florianópolis. A participação de todos é fundamental porque Michel Temer (PMDB) prepara mais um ataque contra o funcionalismo público.

Está na fila a edição em setembro de duas medidas provisórias: uma atinge todos os servidores públicos da União, ampliando a alíquota previdenciária de 11% para 14%. Isso ao mesmo tempo em que o governo tenta aprovar uma reforma da Previdência que praticamente acaba com o direito à aposentadoria de muitos brasileiros. A outra MP atinge, ao menos por enquanto, apenas os servidores do Executivo federal, suspendendo os reajustes acordados e assinados recentemente, de maneira que o reajuste que ocorreria no primeiro semestre de 2018 será pago apenas em 2019.

Ambas as MPs estão prontas, embora o governo admita, segundo o jornal *Correio Brasileiro*, que são impopulares e enfrentam dificuldades mesmo no Congresso – ou seja, mesmo em um Congresso que vem sendo comprado através de cargos e emendas parlamentares o governo sabe que a pressão popular



pode fazer diferença. Para impedir esses e outros ataques que não param de chegar, é urgente retomar a mobilização nas ruas.

Está marcada para setembro uma grande mobilização nacional, com diversas categorias de servidores públicos realizando paralisações em todo o país. Para discutir a participação dos servidores do Judiciário Federal em Santa Catarina, o Sintrajusc reforça a necessidade de participação na Assembleia, que estava marcada para quinta passada, mas foi cancelada e remarcada por motivo de força maior.

## Assembleia geral quarta 16h na Justiça Federal

**O transporte passará às 15h30 no prédio dos Gabinetes, às 15h40 no TRT  
e às 15h45 no prédio das Varas do Trabalho**

# Projeto cria “teste de integridade” para agentes públicos

Da série ataques ao funcionalismo público vem mais um capítulo. Inspirado nas recentes ações do MPF, o PL 3928/2015, do deputado Indio da Costa (PSD/RJ), cria um “teste de integridade dos agentes públicos”. O relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Cabo Sabino (PR/CE), apresentou parecer pela rejeição do projeto. Mas, após votação na CTASP, a matéria vai agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise de mérito e constitucionalidade.

O projeto é surreal e a justificativa ainda mais. Estabelece, entre outras coisas, que a administração pública poderá submeter os agentes públicos a testes de integridade aleatórios ou dirigidos, cujos resultados poderão ser usados para fins disciplinares, bem como para a instrução de ações cíveis, inclusive a de improbidade administrativa e criminais.

Os testes de integridade consistirão na simulação de situações sem o conhecimento do agente público, com o objetivo de testar sua conduta moral e predisposição para cometer ilícitos contra a administração pública.

Na justificativa, o deputado diz que “o Brasil precisa ser passado a limpo”: “Acredito numa nova forma de representação capaz de ouvir e entender as demandas da sociedade através da participação direta da população. A partir dos estudos da Lava Jato, liderados pelo procurador Deltan Dallagnol, o Ministério Público Federal elaborou o ‘10 Medidas’ anticorrupção, composto de 19 Projetos de Lei e 1 Proposta de Emenda à Constituição, para evitar a impunidade que atormenta o País. Em apoio ao MPF,

a sociedade brasileira vem colhendo assinaturas para concretizar tais ideias e transformá-las em propostas que tramitem e sejam aprovadas pelo Congresso Nacional.”

Assim, na visão do deputado, a partir da proposta do MPF, o servidor público é culpado ou corrupto até que prove sua inocência.

## EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUSC

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que, em função, por força maior, da suspensão da ASSEMBLEIA GERAL marcada para 31 de agosto, será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 6 de setembro de 2017, quarta-feira, às 16 horas, no prédio da Justiça Federal (Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4810 - Agrônômica), em Florianópolis, SC, com os seguintes pontos de pauta:

- 1-Mobilização contra o desmonte de direitos;
- 2-Eleição de delegados para a XXI Plenária Nacional da Fenajufe, que acontece entre os dias 9 e 12 de novembro na cidade de Campo Grande (Mato Grosso do Sul);
- 3-Esclarecimentos sobre os quintos.

Florianópolis, 01 de setembro de 2017

Diretoria Executiva do Sintrajusc

## Concurso fotográfico tem resultado



A servidora da Justiça do Trabalho de Florianópolis Cyntia de Oliveira e Silva e o servidor Eber Myra de Moraes, da Justiça do Trabalho de Criciúma, irão receber a premiação do 1º Concurso Fotográfico do Sintrajusc, com o tema Direitos Humanos, que integra a programação dos 20 anos do Sindicato. Em breve divulgaremos as fotos feitas pelos dois colegas e desde já agradecemos a participação!

